

Otimismo relativo

Não se trata de desdenhar o sentimento de oposição, tão forte nos partidos nela inscritos quanto naqueles que a praticam, embora militando teoricamente na situação. Mas o governo está tentando não se impressionar muito com o barulho que tem ouvido de todos os lados para construir, sobre três evidências principais, a tranquilidade de que tudo o que precisa no ajuste fiscal será aprovado pelo Congresso. Apesar das dificuldades que espera vencer caso a caso.

A primeira evidência é que não há muito, do conjunto de medidas anunciado esta semana, a ser aprovado agora. A rigor, estarão em pauta na negociação entre governo e Congresso os três destaques para terminar a votação da reforma da Previdência e o aumento da alíquota da CPMF para 0,38%. A prorrogação do temporário FEF – o fundo de estabilização fiscal que substituiu o fundo social de emergência –, sempre uma peça polêmica porque toma verbas da educação, da saúde, dos estados e dos municípios, causou desconforto em todos os escalões da política mas foi uma intenção da qual nem foi preciso recuar.

Simplemente não constou dos papéis oficiais divulgados pelo governo, pois a renovação deste fundo é um problema que só aparecerá em 2000, quando termina sua vigência. O governo tem todo o ano que vem para pensar no assunto. É o caso de outra proposta que enfrentará obstáculos: a criação da contribuição dos funcionários aposentados para a Previdência também vai levar meses até chegar ao Congresso.

Embora sejam questões de natureza constitucional, que para serem aprovadas exigem maioria absoluta de votos a favor do governo, não constituíram problemas a tirar o sono dos responsáveis pela negociação que se inicia com deputados e senadores. Estando claras as propostas, poucas, e as posições, não haveria aquele amontoado de projetos a embaralhar a negociação, retardando as definições.

Outra das evidências a levar otimismo ao governo é que, apesar do barulho produzido pelos novos governadores de partidos da esquerda, ele está convencido de que ainda há muitos políticos aproveitando-se da linguagem e do cenário de campanha para dar um fecho às eleições de 1998, projetando sua imagem, isoladamente ou como grupo, para os próximos embates. Este ímpeto, imagina-se, tende a se arrefecer à medida que as responsabilidades de governo forem se sobrepondo ao discurso de palanque.

E uma terceira razão a forçar a redução das tensões com o que poderá acontecer no Congresso está na qualidade da base de apoio ao governo. Na ponta do lápis, esta base teria ficado bem mais consistente, levando tranquilidade às expectativas para o ano que vem.

De 407 integrantes da aliança, 169 perderam a eleição e não voltarão na próxima legislatura. Entre estes, contudo, estariam mais de 40 deputados que, apesar de oficialmente serem filiados a partidos governistas, votavam sistematicamente contra às propostas do governo. Um sinal que tem sido interpretado nas análises de políticos aliados a Fernando Henrique Cardoso como tendo sido um veto do eleitor ao parlamentar sem firmeza de posições.

Esta base sofreu, numericamente, uma baixa de aproximadamente 15 votos. Largamente compensados, nesta análise dos aliados, pela qualidade dos novos eleitos em substituição àqueles mais de 40 que não ficavam nem de um lado nem de outro. Base menor, porém mais sólida